

Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis e os usos da antiguidade na narrativa pública

About western civilization: an essay on sensitive themes and the uses of antiquity in public narrative

Guilherme Moerbeck ¹ 0000-0001-6309-433X

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil -
gulherme.gomes.moerbeck@uerj.br

Resumo:

Este ensaio tenciona pôr em discussão a relação entre o ensino de História, a história pública e os usos do conceito de civilização. A partir da noção de temas sensíveis e controversos para o ensino da História, por meio de uma reflexão teórica sobre o conceito de civilização, pretende-se refletir sobre o alcance e narrativas de artigos que promovem uma pauta revisionista da história, que circulam em redes sociais e em mecanismos de streaming como o YouTube e que se utilizam da História Antiga para fomentar pautas ideológicas conservadoras contemporâneas. Em particular, este ensaio traça um exercício crítico e hermenêutico de um post do website *Brasil Paralelo*, que apresenta os pilares da cultura ocidental em um claro viés civilizatório e revisionista de marcos importantes da História Antiga.

Palavras-chave: ensino de história antiga; civilização; Brasil Paralelo; revisionismo.

Abstract

This essay aims to discuss the relationship between the teaching of History, public history, and the uses of the concept of civilization. Starting from the notion of sensitive and controversial topics for teaching the History discipline, through a theoretical reflection on the concept of civilization, the aim is to reflect on the impact and narratives of articles that promote a revisionist agenda of history, circulating on social media and streaming platforms like YouTube, and that utilize Ancient History to foster contemporary conservative ideological agendas. Noticeably, this essay undertakes a critical and hermeneutic exercise of a post from the website *Brasil Paralelo*, which presents the pillars of Western culture in a clear civilizational and revisionist bias of important landmarks in Ancient History.

Keywords: teaching of ancient history; civilization; Brasil Paralelo; revisionism.

Em solidariedade ao povo palestino.

Introdução

Recentemente, o primeiro-ministro de Israel, em entrevista à rede NBC News, ao justificar a invasão da Faixa de Gaza pelo exército de seu Estado, evocou a velha dicotomia entre povos civilizados e a barbárie. Segundo ele, “we are not fighting just our war; we are fighting the war of **all civilized countries** and **all civilized peoples**”¹.

Acaso Edward Said estivesse vivo, teria visto a reedição da dicotomia que ajudou a “dessacralizar” pela crítica que lhe havia feito há algumas décadas. Uma das estratégias interpretativas de Said foi a de (re)avaliar algumas das obras que se tornaram simbólicas, até mesmo canônicas no mundo ocidental, pelos usos que lhes foram feitos no fio dos anos. Desta maneira, tais obras teriam auxiliado a dar forma a um mundo cindido entre representações estanques do ocidente e do oriente. Os *Persas* de Ésquilo faz parte desse *corpus* que empresta forma à divisão desses mundos no campo literário. Como sulcos marcados no chão pelo trabalho de um arado, dividem-se terrenos, levantam-se cercas, demarcam-se territórios, forjam-se ideais (com graus variados de arbitrariedade) apartando seres humanos – nesse sentido, o orientalismo opera como uma “distinção ontológica e epistemológica” (SAID, 2007, p. 21-2).

*La faute à Éschyle?*² Ou então, seria da modernidade europeia que dele se apropriou e o ressignificou *over and over*? Teria Ésquilo alguma responsabilidade acerca de tudo o que fizeram de seu elogio poético a Atenas, uma das *poleis* vencedoras de pequenas e grandes batalhas na defesa da terra dos seus deuses ancestrais? Naturalmente, Ésquilo não pode ser responsável pelos projetos ideológicos contemporâneos que dele se apropriam. Ainda assim, o movimento intelectual de Ésquilo na representação de gregos e persas poderia ser traduzido, em seus usos, pelo conceito de orientalismo? Em nossa opinião sim, mas não sem muito ponderar algumas questões. Lembremos que não se trata de um escritor sentado em seu gabinete silencioso de leitura que regozija com a marcha imperialista europeia do século XIX em direção a outros continentes, mas de um homem que foi aos campos de batalha, como tantos outros de sua geração, para combater seus

¹ Tradução livre: “Não estamos lutando apenas a nossa guerra; estamos lutando a guerra de todos os países civilizados e de todos os povos civilizados”. Ver: Netanyahu: ‘The civilized world should unite behind Israel’ (youtube.com). Grifo nosso.

² Evocamos o filme *La faute à Fidel* (2006) para chamar a atenção de certas simplificações que podem ser feitas, como na imaginação de uma criança, que procura culpados em uma situação certamente mais complexa.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

inimigos no longínquo século V a.C., a tragédia os *Persas* foi encenada em Atenas no ano de 472 a.C. Tudo isso não exime o trágico de reproduzir certas ideologias, produzindo estereótipos em seu próprio tempo, e assim, como bem frisou Said, imaginar “mulheres asiáticas aflitas” (2007, p. 40), tornando-as, *a posteriori*, um símbolo artificial pelo poder criador de conceber características do oriente (SAID, 2007, p. 75).

Não deixa de ser estimulante se perguntar o que os persas pensavam daquelas “insignificantes” *poleis*. Heródoto é importante para encontrar essa resposta, mas ainda é, notadamente, a visão de um homem grego sobre o outro (CONDILO, 2021; HARTOG, 1988). Será que a visão dos persas sobre aqueles insistentes gregos seria menos esquemática do que a apresentada por Ésquilo? Será que eles reconheceriam o gênio grego? Como, aliás, tantos europeus fizeram numa busca essencialista de sua própria narrativa histórica durante a modernidade. Para ambos os casos, a resposta mais razoável é a negativa; afinal, a hierarquização do mundo não foi privilégio do “gênio grego” – a dimensão da alteridade que cria o outro, o faz não somente com os estrangeiros, mas também com aqueles que habitam lugares/regiões considerados de segunda categoria³. A visão poética do ateniense sobre o tebano, ou sobre o espartano, não era das melhores no final da Guerra do Peloponeso, assim, o esforço para criar essas fronteiras étnicas depende mais do “calor do momento” do que de características inatas (HALL, 1997; HARTOG, 1996; MOERBECK, 2017).

É importante enfatizar que este ensaio não tem a intenção de discutir, nem em seus traços gerais tampouco em seus detalhes, a guerra dilacerante que ocupa a faixa de Gaza enquanto é redigido, mas sim as dicotomias criadas pelo conceito de civilização no debate público e na divulgação de textos revisionistas na internet. O objetivo final, embora demasiado amplo, é o de sublinhar a relevância do ensino da História nas escolas e universidades, em particular o da História Antiga, para a compreensão mais profunda e alargada de questões e desafios que o mundo atual nos impõe. O objetivo particular é o de desmascarar discursos profundamente ideológicos que permeiam algumas formas de narrativas históricas no espaço público de nossos dias.

As perguntas que mobilizam a escrita deste ensaio são: 1) como orientar minimamente os jovens, seja na escola, seja na universidade, quanto a temas históricos

³ Ver a fala da profa. Kátia Pozzer quanto a isso: <https://www.youtube.com/watch?v=zI86Ag3ax0c>

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

sensíveis que ocupam a sociedade contemporânea por meio das mídias públicas? 2) Quais papéis o ensino da História Antiga pode desempenhar para favorecer uma abordagem crítica de temas controversos que se utilizam da Antiguidade para enviar e mistificar importantes questões da atualidade?

Para responder a tais questões, esse texto foi dividido em duas partes. Na primeira, o objetivo é apresentar ao leitor o que são temas sensíveis e como eles são relevantes para o debate público concernente à História. Na segunda parte, o artigo traz uma breve reflexão sobre o conceito de civilização ocidental para, então, analisar o artigo, *Cultura ocidental — Veja quais são os três pilares da cultura no Ocidente* do (2021), projeto *Brasil Paralelo*.

1ª Parte - Temas sensíveis e controversos

A relação entre temas sensíveis, controversos e o ensino da História pode ser resumida por meio de uma questão levantada em um livro publicado no Canadá recentemente: “Como ensinar história sem ofender, sem ferir? (...) como abordar em sala de aula questões difíceis relacionadas à história de temas sensíveis, como a escravidão, o racismo, o nacionalismo no Québec, os internatos indígenas, o sexismo etc.⁴” (MOISAN et al., 2023). Se essas temáticas são sensíveis ao povo canadense, em particular ao do Quebec, quais seriam aquelas particularmente difíceis à realidade brasileira?

Sejam quais forem, elas fazem parte de um conjunto de temas que professores de universidades e escolas têm que abordar com muita frequência. Atravessar a fronteira entre uma temática aparentemente pacífica e aquela sensível nem sempre é evidente. Em tempos de radicalismos, abordar a religião, até mesmo de períodos distantes, pode suscitar toda sorte de tribulação ao professor de História que se vê entrincheirado entre o seu conhecimento acadêmico-pedagógico e aquilo que pode vir de fora dos muros da escola em forma de visões dogmáticas de mundo (MOERBECK, 2018; 2023).

Os temas de tipos cultural, social e histórico se tornam controversos na medida em que seus desdobramentos tocam as sensibilidades humanas do agora, pois se referem a um passado paradoxalmente ainda presente. Na verdade, trata-se de experiências que

⁴ Ver : Objets difficiles, thèmes sensibles et enseignement des sciences humaines et sociales - Bibliothèque CSL (cegepsl.qc.ca)

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

unem o presente ao passado, mas também ao futuro (como um projeto de sociedade), nas astúcias das operações da consciência história. É o que Hayden White denominou de *practical past*.

O passado prático é formado por todas aquelas memórias, ilusões, pedaços de informações vagas, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo evoca da melhor forma que eles podem para justificar, dignificar, desculpar, coibir ou fazer o caso para as ações a serem tomadas no julgamento de um projeto de vida (WHITE, 2010, p. 16).

De forma mais ou menos consciente, em diversos momentos da vida, somos forçados a lidar com a reconstrução da memória. Tenha ela sido tornada subterrânea, enquadrada, ou traumática, a memória pode ser evocada de diversas formas: cotidiana, como em uma “conversa de botequim”; rigorosa e sistemática, como em quem se ocupa de pesquisar, por meio da coleta de relatos, o que se lembram as pessoas que passaram por determinado evento significativo, conjuntura etc. O primeiro acesso ao passado tende a ser por meio daquilo que se lhe é mais próximo, mais familiar, corriqueiro – o relato de um parente mais idoso; o *website* de busca que nos responde de imediato com uma lista de possibilidades (das mais infames às mais respeitáveis); os amigos que frequentam os mesmos grupos da vivência cotidiana, como as associações comunitárias⁵; em um passeio escolar a um museu e assim por diante. O importante nesse processo de reconstrução do passado é se compreender as razões do esquecimento, do perdão ao trauma, daquilo que foi sublimado e das carências intelectuais que nos impulsionam a entender o decurso do tempo em nossas comunidades e vivências (MENESES, 1992; POLLAK, 1989; RICOEUR, 2000; ROUSSO, 1987, 1998; RÜSEN, 2010; SARLO, 2005).

O ensino da História pode ser decisivo para que a pessoa possa se relacionar com a complexidade do tempo cultural – daquilo que muda em termos de julgamento de valor ético-moral com o passar do tempo. A compreensão de alguns conceitos-chave do pensamento histórico traz consigo uma perspectiva que desmistifica na medida em que complexifica, em outras palavras, é improvável haver respostas simples para perguntas complexas. A compreensão da História é importante na medida em que "ela vai e vem entre o presente, onde suas perguntas têm raízes, e um passado em escalas plurais, onde busca suas respostas" (PROST, 2006, p. 29).

⁵ Trata-se de uma inferência lógica.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

O quanto essas questões vivas são importantes para nós quotidianamente? Uma das saídas para essa questão é o estudo da Antiguidade, mas não qualquer uma ou de qualquer maneira. É por meio do estudo de seus usos que encontramos elementos de uma memória cultural mal digerida, reapropriada e malversada, mas que nos atravessa, como tudo aquilo que concerne ao que denominamos de civilização.

A História pública e o ensino de História

A História Pública integra um fluxo social de narrativas históricas (CARDOSO, 2019). Trata-se de uma modalidade da História que concerne à apresentação, à divulgação e mesmo à ação política nas sociedades e culturas históricas (RÜSEN, 1994; MOERBECK; ROCHA, 2022). Tal campo vem ganhando relevância internacional nas últimas décadas, desde sua origem na década de 1970, num contexto anglo-saxão e estadunidense em particular.

É bom enfatizar que enfocamos tão somente as relações da história pública com o ensino da História escolar, outra modalidade dentro desse fluxo social. A história pública pode ser vista também como uma espécie de prática social, algo que no contexto francês, para utilizar-me das palavras de Antoine Prost (2008), expressa a maneira pela qual aquela sociedade vê a História. Aliás, quanto a isso, os historiadores franceses sempre foram pouco receptivos a adotar o termo história pública (CAUVIN, 2019; LIDDINGTON, 2011). Seja como for, interessam a este artigo os usos e abusos do conceito de civilização na história pública brasileira.

Afinal, o é a história pública?

Ela não é nem a história disciplina, acadêmica, feita por profissionais nas universidades, nem é como outra forma de história disciplinar, também reduto de profissionais, a escolar, que guarda forte diálogo com sua homóloga acadêmica, mas possui suas características próprias de produção e disseminação social. A história pública é tudo aquilo que vai desde relatórios de caráter histórico produzidos para dirimir disputas no campo jurídico até documentários de emissoras de tv, websites, vídeo-casts do YouTube, isto é, trata-se de um lugar de produção de conhecimento muito flexível e variável em suas formas de apresentação e qualidade, o que é, ao mesmo tempo, sua potência e fragilidade (MOERBECK; ROCHA, 2022).

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

O objeto de análise deste ensaio pertence a esse universo chamado história pública, assim como pertence a alguns dos debates políticos dos mais preocupantes do ponto de vista social atual, a não incomum, historicamente falando, crise das democracias (MILLER, 2018). Este texto é uma primeira aproximação, possivelmente ainda imprecisa, que pertence à escrita de uma pesquisa que pretende avaliar as formas de apropriação do conceito de civilização (em particular o de civilização ocidental) no campo da divulgação da História.

2ª parte – O processo civilizador e a civilização do Brasil Paralelo

Em *Sobre o processo civilizador* (1993), Norbert Elias se ocupa das mudanças sociais, das estruturas sociais e do desenvolvimento das relações humanas. Para o sociólogo alemão, tal nível de abordagem permite atingir o plano da realidade histórica no qual ocorre o processo civilizador propriamente dito. Em relação à consolidação do Estado absolutista, menciona que “a contenção e moderação das paixões [permitiu que] a 'civilização' do comportamento aumentasse visivelmente (...) evidenciou-se o alto grau em que essa mudança se associou à formação da ordem hierárquica” (ELIAS, 1993, p. 16).

Antes disso, durante o século XVI, Loys le Roy ajuda a consolidar o vocábulo *civilisé*, que é potencializado pelo progresso das armas e das letras, isto é, pela guerra e pelo cultivo literário, “*cultura animi*” (DUPORT, 2011). Note-se que o cultivo literário como ideal de educação na renascença europeia, seja em termos de um enciclopedismo à moda de François Rabelais, seja no sentido do aprendizado da literatura em Erasmo de Roterdam (GAUTHIER; TARDIF, 2005), era muito comum. No entanto, chama-nos atenção no texto de Le Roy a ideia de armas. Nos comentários de uma tradução da *Política* de Aristóteles, lançando mão de escritos de Hipócrates, Le Roy reflete sobre a relação entre climas mais temperados e uma alimentação equilibrada que não faz mal ao corpo, diferente daquela de povos que habitam lugares muito quentes ou frios. Segundo Le Roy: “aqui está o que diz respeito à forma de vida usada aqui e mais comum entre os homens civilizados, dado o que isso diz sobre a diferença dos outros (1568, p. 76 *apud* BLOUIN, 2018)”. Note-se que Le Roy escreveu um *Méthode de l’histoire* em 1566, bem ao espírito da história *magistra vitae*, no qual discorre sobre “uma história universal capaz de

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

iluminar o presente e estabelecer regras de prudência para a ação" (DUPORT, 2011). Uma História cujas transformações estão conectadas às causalidades naturais, nas quais está inscrito o próprio progresso, que “desenha os ciclos amplamente repetitivos das civilizações” (DUPORT, 2011)⁶.

No século XVIII, também na França, tal vocábulo se consolida como conceito que se refere aos hábitos, costumes, conhecimento, hierarquias sociais, enfim, os ditos valores civilizados, sobre os quais a religião cristã funciona como mola propulsora. Neste sentido, o cristianismo aparece no topo de uma escala evolutiva na qual o animismo e o politeísmo configuram a sua base (SONENSCHER, 2015, Apud: BLOUIN, 2023). Em 1771, mais precisamente, o termo já aparece em um dicionário, o *Dictionnaire universel de Trévoux*, “*Civiliser, v. a. Rendre civil & poli, traitable, fociable*” (FURETIÈRE; BRILLANT, 1771, p. 461).

Esta noção em muito se associa à ideia de *politesse*, em português, polidez, algo que é limpo, que brilha, cortês. Inequívoca conexão etimológica, note-se que *polítēs* no grego antigo significava cidadão. Tal ideia é associada, igualmente, a predicados civilizatórios como o de urbanidade, novamente, *urbs* no latim se refere ao tecido urbano das cidades, ou à cidade propriamente dita, ou para a cidade (Roma) e para o mundo, como na conhecida fórmula utilizada no dativo *urbi et orbi*. Talvez não seja mera coincidência que a sociedade de corte mais desenvolvida da Europa tenha sido a francesa (ELIAS, 1993), e que, a partir do século XVI, tenha sido aquela que mais meditou sobre o conceito de *civilisation*, insistimos nas conexões etimológicas: *civis* = cidadão.

Assim como a sociedade de corte se espalhou pela Europa absolutista, o ideário civilizacional se espraiou pelo mundo colonizado numa forma de colonização do saber (MIGNOLO; WALSH, 2018), como verdadeiros “vasos comunicantes”, este termo é do Elias (1993, p. 19). Não fosse assim, não faria sentido o projeto educacional da corte brasileira desde o Imperial Colégio de Pedro Segundo, que tornou central o estudo da Antiguidade sagrada (dentro da tradição judaico-cristã) e a profana (aquela relativa à cultura greco-romana em especial) (PENNA, 2008, BARNABÉ, 2019, FARIAS JUNIOR, 2019). A colonização do saber é também aquela que controla os corpos a partir de códigos de conduta e posturas estritas que se aprende desde a escola, um “teatro [que]

⁶ Trata-se de visualização de texto em HTML, ambas as citações estão no parágrafo 36.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

desenvolve uma representação corporal que constitui um aprendizado do bem-dizer e das boas maneiras, preparação para a sociedade cortesã” (JULIA, 1978, p. 30). Trata-se de dispositivos disciplinares, que nos remetem inclusive às disposições das escolas católicas do século XVII, como a de Jean-Baptiste de la Salle, mas que atingiram frontalmente outrossim as instituições médicas durante o século XIX (JULIA, 1978). As regras a serem estritamente seguidas nas escolas monitoriais, na moda durante o XIX, em especial na Inglaterra e na França, configuram apenas uma das variações de uma pedagogia tradicional nas quais as regras e o controle minucioso do tempo, assim como da ação e corpos dos alunos, ocupam uma posição central (GAUTHIER; TARDIF, 2005). Em suma, ainda que os códigos mudem no século XIX, a essência da modelagem do comportamento e de certos conhecimentos valorizados culturalmente continuam em voga.

A História como disciplina nasce entre os séculos XVIII e XIX, entremeada aos estudos clássicos, para compreender esse processo civilizador, cujo epicentro antigo remete ineludivelmente às palavras de Edgar Allan Poe (1831): “Para a glória que foi a Grécia, e a grandeza que era Roma⁷”. Ou ainda, nas palavras de Ambroise Paré, médico do século XVI, os antigos, “deviam servir de apoio para se ver mais longe” (Apud BERR, 1947, p.23). A inauguração dos estudos de sociedades urbanas antigas, desde os tempos da Suméria, permitiu com que essas formações sociais fossem vistas como portadoras de uma complexidade digna dos estudos históricos e das ciências da antiguidade - da *Altertumswissenschaft*. Em palavras menos obsequiosas, significava dizer que as sociedades ditas primitivas, ágrafas, não interessavam aos historiadores, objetos deixados a cargo da Antropologia. Assim, a ciência histórica ajudava a criar um percurso incontornável no campo discursivo, tornado quase uma segunda natureza às sociedades civilizadas, ao menos àquelas que pretendiam sê-lo. Não é de se espantar que os lugares chamados de civilizados fossem aqueles nos quais surgiram certas formas de agricultura e criação de animais, a escrita e as cidades (DETIENNE, 1992; FRANCISCO, 2017; TURNER, 2014)⁸.

A esta altura, deve parecer evidente que civilização não é apenas um termo, mas um projeto que seleciona elementos culturais segundo a agenda de grupos sociais

⁷ Ver: [To Helen by Edgar Allan Poe | Poetry Foundation](#)

⁸ Para um contraponto, ver: (NEVES, 2022; SCOTT, 2017).

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

politicamente influentes para pautar comportamentos sociais considerados não apenas adequados, mas normativos.

A relação entre o passado, o presente e a civilização do *Brasil paralelo*.

Logo em seu início, o artigo do *Brasil Paralelo* (doravante BP) convida o leitor para entender a cultura ocidental a partir de três pilares, a saber: a filosofia grega, o direito romano e o cristianismo (leia-se, quase exclusivamente, catolicismo).

Embora seja constantemente atacada, a cultura ocidental trouxe contribuições históricas essenciais para a vida que se tem hoje. Os três pilares citados que a compõem influenciam a vida de todos, mesmo ateus ou filósofos modernos, que são os grupos que mais a rejeitam (2021, p.3).

É irônico perceber que, na visão do BP⁹, a cultura ocidental seja tratada não como hegemônica, mas vítima de constantes ataques, especialmente de filósofos modernos e ateus¹⁰. Não deixa de ser irônico pensar que segundo uma pesquisa que consta no site do G1, o ateísmo no Brasil represente a “impressionante” cifra de 1% da população. Afinal, o que é cultura? Segundo o artigo,

(...) cultura é uma palavra de origem latina que significa “ação de tratar”, “fazer crescer”, “cultivar”. (...) utilizada na agropecuária (...) posteriormente, ao fazer uma associação da ordem existente no universo com a ordem existente no interior do homem os filósofos passaram a fazer uma analogia com o termo. (...) a palavra cultura passa a designar os fatores que predispõem o homem no processo de desenvolvimento da alma (...) [por fim,] é o conjunto de crenças, leis e artes que existem na sociedade em que a pessoa nasce, influenciando e orientando sua vida (2021, p. 3).

Embora não haja grandes problemas quanto à definição de cultura no artigo do BP, há elementos que precisam ser colocados em questão. A interpretação global do artigo do BP recai sobre o desenvolvimento metafísico da alma e não no que concerne ao espírito enquanto ideal filosófico e cultural. Nesse sentido, evoca o sentido do verbo latino *colere* - que em uma das suas acepções significa “cultivar”, no entanto, o que parece estar

⁹ Note-se que o artigo é assinado pelo próprio Brasil Paralelo.

¹⁰ Ver: [50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha | Política | G1 \(globo.com\)](#)

Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis e os usos da antiguidade na narrativa pública

Guilherme Moerbeck

implícito é a noção de *cultura animi* como em Cícero, *Cultura autem animi philosophia est* (Cic. *Tusc.* V, § 13)¹¹, no entanto, neste caso, alma é uma metáfora para se falar do aprendizado da filosofia, assim como uma boa colheita depende de um bom cultivo. Na modernidade europeia, as ideias de Cícero aparecerão em noções como *Bildung* (formação, cultivo em seu sentido intelectual que dá lugar a um *ethos* específico), cujo sentido filosófico passa a ser cunhado, sobretudo, a partir do século XVIII no ambiente germânico. Em J. G. Herder, por exemplo, essas reflexões unem cultura, linguagem com aspirações que portam sentimentos étnicos e nacionais (IGGERS, 1984, BANAS, 2016). Enquanto a própria palavra *Kultur*, cultura como algo contrário à natureza (*phýsis*), no sentido que será apropriado e desenvolvido pela Antropologia, denominava as formas de comunidades rurais, diferentes entre si, em franca oposição à noção de civilização (SILVA, 1997).

Seja como for, o artigo do BP está preocupado em iniciar um discurso para enfatizar uma essência, a existência de um espírito entranhado em algo material, isto é, da alma em suas concepções de fundo religioso e não como uma metáfora ao intelecto.

O primeiro pilar, a filosofia grega

Após indicar os três pilares culturais do ocidente, o artigo passa a discorrer sobre cada um deles. Em primeiro lugar, a Filosofia grega:

No pensamento antigo, não existia a noção de indivíduo. O mundo era avaliado pelo prisma dos povos, das nações. Tais civilizações se enxergavam como parte do cosmos, e se algo não ia bem, era necessário um ritual feito pela nação que se fazia a fim de reparar o mal. Os elementos da natureza eram deuses com vontade própria, sob cujos designios arbitrários e secretos as pessoas estavam presas. Os mortais deviam apenas aceitar a vontade do Olimpo, sofrendo terríveis consequências se fizessem o contrário, como o caso de Prometeu. No máximo, podiam barganhar com os deuses e receber algumas bênçãos, mas sempre segundo à vontade deles (muitas vezes maligna). Outro exemplo forte desse tipo de pensamento pré-socrático é a civilização asteca (...) dessa forma, eles guerreavam com as tribos vizinhas, faziam-nos prisioneiros e utilizavam-nos como sacrifício, arrancando-lhe o coração com a vítima ainda viva. (BRASIL PARALELO, 2021, p.4)

¹¹ *Cultura animi* pode ser tanto pensada como o “sopro da vida”, algo imaterial que subsiste ao corpo quanto, igualmente e de forma mais eloquente neste caso, à mente, ao pensamento, ao raciocínio. Para uma definição mais completa do léxico, ver: [ānīmus.](#) | [Gaffiot en ligne](#) | [Gaffiot.org](#)

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

Segundo o texto do BP, o advento da noção de indivíduo está ligado ao pensamento socrático. Sendo assim, toda forma de pensamento anterior – vistos implicitamente como pensamentos mítico ou sofisticado (relativista), não havia definido o conceito/ideia de indivíduo a que o autor se refere, de forma claramente essencialista, a partir da interpretação de Eric Vögelin. Este é um jurista, cientista político e gnóstico emigrado da Alemanha nazista para os EUA e que parece ter sido apropriado como uma espécie de intelectual orgânico de alguns movimentos conservadores atuais. Assim como Vögelin, Thomas Woods¹², outro intelectual orgânico conservador, aparece dentro de um quadro que começa a se desenhar junto ao movimento chamado “libertarianismo”, vinculado ao Mises Institute e expresso no *Conservative Portal* da Wikipedia.

Uma das importantes pautas defendidas por Woods é a do *homeschooling*, temática muito ativa durante o governo Bolsonaro. Segundo o site da BBC News Brasil, “O principal argumento da defesa desse modelo de ensino por Bolsonaro e pelo bolsonarismo é essa noção de que o ator [indivíduo] que tem que decidir em primeiro plano sobre educação é a família, e não o Estado (...)”¹³ Woods também ministra cursos de educação domiciliar sobre a civilização ocidental, *The Liberty Homeschooler* que faz parte do “Currículo Ron Paul”¹⁴. Mas, quem é Ron Paul? Trata-se de um político eleito pelo Texas e defensor de uma pauta “libertária”. Esta é uma junção de agendas conservadoras. Embora liberais do ponto de vista econômico, sua ênfase recai sobre as liberdades individuais. A partir da Wikipedia, baseado na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*,

O libertarianismo de direita sustenta que, normalmente, tais recursos [recursos naturais - ar, terra, água etc.] podem ser apropriados pela primeira pessoa que os descobre, mistura seu trabalho com eles ou simplesmente os reivindica - sem o consentimento dos outros e com pouquíssimo ou nenhum pagamento a eles (...)”¹⁵.

Em suma, há uma teia complexa de intelectuais orgânicos e de figuras proeminentes no poder que promovem tais agendas.

¹² Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Tom_Woods

¹³ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62905295>

¹⁴ Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Tom_Woods

¹⁵ Tal enciclopédia é citada como fonte, ver:

<https://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/libertarianism/>

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

Retomando o texto do BP, a ideia de nação é aludida em diversos momentos, mas sempre com um sentido que se aproxima do moderno e sem maiores preocupações quanto aos anacronismos evidentes. Os deuses do panteão grego são nomeados como forças malignas para criar um contraste *a posteriori* e afirmar a proeminência do Deus único e verdadeiro, que é a síntese do amor aos homens.

O viés mais grosseiro da visão sobre o outro se mostra nessa afirmação: “outro exemplo forte desse tipo de pensamento pré-socrático é a civilização asteca. (...) eles guerreavam com as tribos vizinhas, faziam-nos prisioneiros e utilizavam-nos como sacrifício, arrancando-lhe o coração com a vítima ainda viva” (BRASIL PARALELO, 2021, p. 4). Não é de se espantar que o sacrifício humano e a antropofagia sejam aludidos em um texto de viés ideológico-religioso como o do BP. A relação tensa e a absoluta incompreensão de missionários cristãos no que concerne às práticas rituais indígenas vistas no período colonial, como as dos Tupinambá, traz à tona essa temática sensível, em especial ao público mais conservador e menos interessado por abordagens antropológicas (CASTRO, 2017). O imaginário da cultura pop dos filmes de Hollywood ajudou nesse desserviço, criando dicotomias civilizacionais flagrantemente maniqueístas, como visto em *Indiana Jones e o Templo da perdição* (1984). A pergunta que subsiste é: em que medida o pensamento religioso, cosmogônico, ou as práticas religiosas astecas poderiam ser traduzidas com o que se convencionou, não sem muitos problemas, de pensamento pré-socrático?

A parte dedicada às ideias de Sócrates ocupa um espaço importante no texto do BP, fazendo, inclusive, alusão ao texto platônico da *República* e às virtudes: *sophia*; *andreia*; *sophrosunê*; *dikaiousunê*¹⁶. Segundo o artigo, “(...) embora tenha começado suas reflexões através da política, seu foco [o de Sócrates] foi a alma humana. Para ele, cada ser humano está em uma jornada em busca do Bem, o Bem supremo que está além desse mundo (BRASIL PARALELO, 2021, p.5). Uma boa indagação deveria questionar, afinal, que “Bem supremo” é esse? E o que está “além desse mundo”?

O artigo do BP continua sua jornada platônica interpretando o texto *Alcibiades I*,

¹⁶ No texto do BP são traduzidas, não na ordem mencionada, como: “prudência, temperança, justiça e fortaleza” (BRASIL PARALELO, 2021, p. 5). A despeito das imprecisões relativas à tradução, há a ausência de uma importante virtude, a da reverência (em um contexto cristão o termo piedade ganha novas conotações) em relação aos deuses ou outras instituições que demandem respeito – *eusebeia*. Ver: EMLYN-JONES, C. “Socrates, Plato, and Piety.” *Mediterranean Studies*, v.2, 1990, p.21–28. <http://www.jstor.org/stable/41163976>.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

O foco de Platão foi também a alma humana. Como se pode observar no diálogo com Alcibiades I, 129b-129e, ele demonstra a imaterialidade da alma através da razão natural. Focou em estudar o mundo transcendental, buscando avidamente tratar sobre a vida espiritual (2021, p.6).

A partir daqui, começa a ficar claro que as alusões ao pensamento de Platão estão vinculadas também à importância da alma. Além disso, o texto do BP afirma que,

Aristóteles (...) conseguiu demonstrar a existência de um único ser todo poderoso, origem de todas as coisas. Fez isso pela razão natural. Posteriormente, Santo Tomás de Aquino viu nessas características os atributos de Deus e elaborou as 5 vias que provam a existência de Deus, o que também o fez pela filosofia, usando a razão e não a fé (2021, p. 6-7).

No *Alcibiades I*, próximo ao trecho citado pelo BP, mas não exatamente ao trecho a que faz alusão, Sócrates se questiona sobre a importância do conhecimento de si. Por exemplo: Sócrates: (128e) “A arte (τέχνη) que nos permite melhorar a nós mesmos, poderíamos conhecê-la (γνοῖμεν) ignorando (ἀγνοοῦντες) quem realmente somos?” O texto de Platão alude à célebre frase: “conhece a ti mesmo” (*gnôthi seautón*), que era encontrada no exterior do templo de Apolo em Delfos. Em dada parte do diálogo *Alcibiades I*, Platão se empenha em definir o que é um ser humano – alma, corpo, ambos como uma coisa única? (HELPER, 2017, p. 87). Questões como a colocada à personagem de Alcibiades, “você conhece, se de alguma maneira, tu ascenderás ao céu?” (117b5), estão presentes no texto platônico. Assim, está longe de ser incompreensível o interesse da cristandade em se apropriar de Platão. Segundo Ariel Helper “esta é uma questão sobre se estamos ou não destinados a qualquer vida além da presente, isto é, sobre a natureza da alma humana e o seu lugar no cosmos” (HELPER, 2017, p. 57). De toda forma, estas reflexões são feitas em alto grau de complexidade, relacionadas à própria teoria das ideias de Platão e em um cenário do politeísmo grego antigo. Assim sendo, não podem ser simplificadas, senão com muitas deformações. O texto do BP opera a partir de aforismas que se pretendem auto evidentes ao abordar uma das temáticas mais caras ao mundo espiritual, a alma. De um ponto de vista da estética da recepção, essa estratégia conduz o leitor a sentir subitamente familiar à leitura de Platão, como se Sócrates tivesse dito tudo isso na semana passada e não em um mundo longínquo, numa terra estrangeira, numa língua de estrutura bem distante da atual e contando mais de dois mil anos de distância! Trata-se de uma leitura profundamente presentista, primeiro porque falseia um fio de continuidade entre passado e presente que não existe dessa forma, segundo, porque

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

projeta o presente no passado, fazendo com que este desapareça nas ideologias que o modelam.

Ao se apropriar de Platão e da própria cultura greco-romana, uma estratégia que movimentos políticos de extrema direita assumiram há bastante tempo (HARDWICK, 2003), o texto do BP estabelece uma finalidade retrospectiva, pois sabe onde quer chegar, conhece o final da narrativa. Desta maneira, para constituir sua coerência, ele organiza uma colcha de retalhos para vincular o passado antigo ao seu objetivo ideológico no presente – o fim justifica a reinvenção do passado, ou ao menos a sua interpretação enviesada.

Chama-nos a atenção a pretensão de rigor mostrada no texto do BP. É bom se lembrar que, embora Michel de Certeau (2011), com razão, tivesse apontado as dificuldades de uma escrita da História sempre lacunar, cujas narrativas, pela força da síntese, deixa entrever ao leitor uma coerência que é aquela dada pelo pesquisador. Ainda assim, a operação historiográfica deixa rastros em seu caminho, como o fio de Ariadne para a saída do labirinto. Em palavras mais objetivas, a escrita da História cria uma ilusão de coerência (por isso é representação), mas ela indica suas bases de fixação, suas ancoragens (são as notas, referências, fontes, clareza metodológica etc.). O que é feito no texto do BP é apenas um simulacro de rigor, porque sequer se dão conta de imprecisões elementares¹⁷. Haveria um leitor imaginado disposto a verificar as referências dadas pelo artigo do BP? Especialmente em tempos em que “mais vale uma boa opinião” do que evidências.

Uma frase importante de Pierre Vidal-Naquet nos *Assassinos da Memória* nos é essencial: o que está em jogo não é a verdade nem *in totum*, nem em si, mas como afirma o autor, “a tomada da consciência da verdade” (2005, p.2). Por isso mesmo, em um país com importantes lacunas de escolarização e no qual a História vem sendo tratada como um campo dispensável, vide a última reforma do Ensino Médio¹⁸, adolescentes e mesmo adultos teriam condições de desconfiar da malversação de fontes, como as do texto do BP?

¹⁷ A partir do trecho citado do *Alcibiades I* é impossível se retirar qualquer conclusão sobre a alma, ou qualquer tipo de exercício ascético, pois é o momento no qual Sócrates conversa com Alcibiades sobre sapateiros e citaristas

¹⁸ Ver, por exemplo: [Após reforma do ensino médio, professora de história troca de etapa \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/educacao/imprensa/2023/07/24/apos-reforma-do-ensino-medio-professora-de-historia-troca-de-etapa.shtml);

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

O segundo pilar, o direito romano.

Em Roma, o *ius puniendi* (direito de punir) passa a ser completamente do Estado. É o fim do caos social do mundo antigo. Antes da criação romana, a vítima de um crime precisava fazer justiça com as próprias mãos. Ele mesmo devia juntar um bando para se vingar pessoalmente do agressor, com a possibilidade de sofrer novamente. (...) Até mesmo os gregos lidavam com a justiça dessa maneira [por meio da vingança]. (...) Dessa forma, as principais contribuições romanas para a civilização podem ser resumidas em: Criação de um Direito imparcial que gera ordem e segurança; Organização política que une democracia, aristocracia e monarquia; Criação de tribunais eficientes, capazes de operar em vastos territórios; Sistema militar profissional, não organizado apenas em períodos de guerra; Contudo, Roma ainda tinha graves problemas que somente seriam solucionados com a chegada do 3º fator de construção da civilização ocidental (2021, p. 9-10).

O trecho acima evidencia a estrutura narrativa básica de todo o texto do BP, a das evoluções pela simples soma de elementos. Após a ascensão da razão grega, essencialmente preocupada com a alma e com o transcendente, soma-se o direito romano. Não há dúvida que este atingiu alto grau de formalização e complexidade; ainda assim, elementos do que denominamos direito/*leis/nomos* já haviam aparecido em outras fontes e temporalidades mais recuadas, como nos faz entrever a *Oresteia*¹⁹, além dos códigos de Hammurabi e de Lipit-Ishtar. Em que pese, naturalmente, as inovações e sofisticação do direito romano, o texto do BP nos faz crer que antes de Roma o mundo era sintetizado por trevas, sangue e vinganças.

O texto do BP afirma que era fundamental estabelecer regras imparciais de julgamento, que passam a representar o fim do caos oriundos dos crimes de sangue e das vinganças, além de tribunais eficazes, um sólido sistema militar profissional e uma “constituição mista”. Tudo isso apontava para a formação de um homem racional, muito embora preocupado com a dimensão moral que emanava de algo interior. Seja do jeito que for, na interpretação do texto do BP era imprescindível se dar mais um passo adiante. Apesar de a humanidade já conseguir arbitrar sobre seus próprios atos de forma racional, ordenada e segura, algo essencial ainda estava por ser descoberto, ou revelado.

¹⁹ Trilogia de Ésquilo encenada em 458 a.C.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

O terceiro pilar, o cristianismo.

Iniciemos com um longo excerto do texto do BP:

Mesmo após o rebuscado desenvolvimento jurídico, Roma tinha vários problemas culturais. O páter-famílias da civilização pagã do maior império da humanidade tinha poder de vida e morte sobre sua esposa e filhos. Bastava que a ordem fosse dada e eles seriam mortos. Não havia necessidade de justificação. A violência e os vícios predominavam por todo o Império. Assassinatos políticos, traições e escravidão eram comuns nessa cultura (...) Foi nesse período que um homem se declarou Deus e chamou todos a viver uma vida de amor (p.11). (...) Ao negar essa parte da cultura pagã, os cristãos se tornaram o alvo principal dos romanos. Estima-se que 200.000 cristãos foram mortos nos 250 anos de perseguições romanas. Porém, com o passar do tempo, Roma não deu conta do movimento iniciado por 12 simples galileus. O cristianismo se alastrou por toda a extensão do Império e além. A nova cultura trazida pela Igreja Católica solucionou os problemas romanos. A escravidão foi desaparecendo aos poucos até desaparecer na Idade Média. O poder de vida e morte do pai de família sobre os seus chegou ao fim. Nesse momento, todas as vidas passam a ser consideradas valiosas, até mesmo a dos escravos; As mulheres passam a ter o mesmo valor que os homens, o que não era afirmado pelos pagãos (2021, p.12-13).

A despeito do sistema jurídico romano, que segundo o próprio texto do BP havia promovido “fim do caos social do mundo antigo” (p.9), paradoxalmente toda sorte de violência ainda subsistia na sociedade romana, fosse na família, na política ou no tocante à escravidão. O fim dos problemas socioculturais romanos ocorreu com o advento do Deus que representa o mais puro amor²⁰. Assim, a Igreja Católica, note-se, de novo, não o cristianismo, foi responsável pelo: “fim da escravidão” (...) “fim do poder de morte do pai de família” (...) e pela valorização da mulher, pois “as mulheres passam a ter o mesmo valor que os homens” (2021, p.12-13). Esta última, certamente, é uma das ideias mais delirantes do texto.

Note-se que o papel das mulheres na própria comunidade cristã quase sempre foi marcado por uma posição de inferioridade em relação a dos homens, veja o caso da ausência de sacerdotes mulheres no seio do catolicismo ainda hoje, muito embora, desde a Antiguidade, fosse possível identificar a atuação de “profetisas, professoras e missionárias” no seio do cristianismo (SATHLER, 2023, p. 221). As doutrinas marcionista e montanista nos oferecem um bom exemplo, pois nelas as mulheres exerceram posições de liderança, talvez por isso mesmo tenham sido vertentes do

²⁰ O termo *ágape*, presente no Evangelho de Lucas, utilizado pelo texto do BP, refere-se ao amor de deus em substituição do verbo *philéō*, comumente encontrado em textos do período clássico.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

cristianismo tornadas heréticas e sufocadas (SATHLER, 2023). Assim, dentro da ortodoxia cristã, a mulher era excluída das posições de liderança, assim como sua castidade era estritamente controlada, algo que, embora tenha assumido uma faceta e signos particulares no cristianismo, fazia parte da noção de *pudicitia*, instituição antes romana do que necessariamente cristã (AZEVEDO, 2019).

A partir desse arrazoado, o texto do BP associa um conjunto de transformações sociais revolucionárias à Igreja Católica, que teria sido responsável por algumas das maiores conquistas da humanidade, segundo o próprio BP:

A cultura ocidental trouxe conquistas humanas nunca antes vistas na história (...) a diferença entre a cultura Oriental e Ocidental está na visão de mundo de cada hemisfério. Na cultura oriental predominam as filosofias e religiões panteístas e gnósticas. **A cultura ocidental é pautada na razão e na realidade em si. (...) Por isso não há ciência fora do Ocidente.** As descobertas técnicas mais importantes como carros, aviões e tecnologia elétrica foram todas do Ocidente para o Oriente (2021, p.18)²¹.

A principal dimensão, certamente a mais perigosa do artigo lido, para além das múltiplas incorreções na escrita da língua portuguesa e da forma de enunciados via aforismas – isto é, em poucas linhas ‘encontre a verdade sobre quase qualquer coisa’, é o caráter assertivo do texto como um todo. Muito mais do que apresentar características do que se poderia, com o devido rigor, caracterizar como elementos da cultura ocidental que deram origem à uma civilização que compartilha esses elementos culturais, o artigo apresenta o velho percurso civilizatório, cuja ênfase recai no papel providencial da Igreja Católica.

A Igreja Católica, durante muito tempo e muito além da Europa, foi o núcleo principal das formas de conhecimento sobre o mundo – veja o importante papel que o cristianismo teve sobre a formação das almas, desde os tempos carolíngios das escolas episcopais, presbiterais e monacais, ou a partir do século XVII, fosse com as congregações Jesuítas, Ursulinas, entre outras, fosse em figuras importantes para a história da Pedagogia e à formação de professores como Charles Demia e Jean-Baptiste de la Salle na França do antigo regime (GILBERT, 1981; GAUTHIER; TARDIF, 2005; CHAPOULIE, 2010). No entanto, note-se também como, em diversos momentos e maneiras, A Igreja não somente se uniu, mas se confrontou ao poder dos Estados.

²¹ Os grifos são meus.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

Notórios são os casos, como a expulsão dos Jesuítas das terras do Brasil promovida pelo Marquês de Pombal sob ordens do Rei José I em 1759, ou, muito mais recentemente, por meio da Revolução Tranquila na década de 1960, que representou um conjunto de reformas no ensino, dentre eles um ensino de História moderno, baseado em fontes, laico e que prepara para a cidadania. Ainda assim, a força da Igreja era tamanha que as comissões escolares confessionais continuaram a existir na província do Quebec até a década de 1990 (ÉTHIER; CARDIN; LEFRANÇOIS, 2014; MOERBECK; ARAÚJO-OLIVEIRA, 2022).

Que a Igreja Católica sempre estivesse ocupada com o controle do saber não há dúvida alguma, inclusive este é um elemento estruturante da formação da cristandade em seus textos canônicos. Daí, a pensar que as ações do cristianismo representaram um impulso para a ciência, trata-se de uma afirmação que não se pode deixar passar inadvertidamente. Segundo o texto do BP, “a cosmovisão ocidental permitiu o surgimento da ciência. A visão grega de que a realidade tem uma ordem intrínseca (λόγος) se uniu com a revelação Cristã” (2021, p. 15). Os processos inquisitórios que representaram formas de depuração do que se poderia falar sobre o mundo, as perseguições a Galileu Galilei e Giordano Bruno, entre outros menos conhecidos, são eloquentes o suficiente para se questionar a suposta associação benéfica entre o catolicismo e ciência. Assim, deve-se questionar o tipo de conhecimento promovido pela Igreja Católica em seus diversos matizes. Em primeiro lugar, sabe-se que não há apenas uma corrente de pensamento dentro do catolicismo, mas sim camadas ideológicas certamente conflitantes – vide o caso das posições bem mais progressistas da Teologia da Libertação. Certamente, o texto do BP está inclinado às posições mais conservadoras e retrógradas.

O que parece mais surpreendente é encontrar um texto que vincula a ação da Igreja em três dimensões, a saber:

Primeiro, a de um percurso, não enunciado como tal, mas que pode ser inferido a partir dos filósofos gregos. Mais precisamente, a partir da preocupação com as coisas da mente/alma. Sócrates, Platão e Aristóteles, teriam sido os expoentes dessas reflexões, mas também o prelúdio daquilo que se cumpriria apenas com Tomás de Aquino, a explicação racional do Ser único, da existência de Deus em tempos da escolástica. Por que isso não fora feito anteriormente, já que os filósofos gregos eram expoentes da forma de pensamento que caracteriza um dos pilares da cultura ocidental? Naturalmente, porque

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

eles faziam parte de uma cultura cheia de vícios, violenta, incapaz, portanto, de enxergar a verdadeira graça divina por detrás de seus deuses maléficos.

Num segundo momento, parte-se da filosofia ao direito romano, continuando o percurso. É quando advêm os avanços nas formas de jurisprudência que não são abordadas pelo texto do BP. Algo muito importante atinente aos cristãos do período romano pode ser visto nas epístolas trocadas entre Plínio, O jovem, enquanto governador de província na Bitínia-Ponto, e o Imperador Trajano durante o início do século II. Essas fontes não são mencionadas no texto, pois elas tratam de debates relativos às disputas ocorridas nas províncias romanas em casos envolvendo cristãos. Os estudos de Dominique Souza mostraram que, até aquele momento, não havia nenhuma legislação que criminalizasse as práticas cristãs especificamente, embora isso não impedisse que cristãos sofressem a pena capital pelo simples fato de se afirmarem cristãos em processos judiciais. No entanto, a autora indica que havia a busca de um entendimento jurídico quanto ao fenômeno social de transformações que o cristianismo causava na sociedade romana (SOUZA, 2013, p. 168).

Um bom manual de história romana, *Repensando o Império Romano* (VENTURA; MENDES, 2006), mostrou como a disputa entre imperadores oscilava entre aqueles que simplesmente ignoravam os cristãos e aqueles que os perseguiram de forma implacável. Em suma, é preciso matizar fortemente o que no texto do BP parece uma perseguição perene e sem muitas nuances. Falar em duzentos mil mortos sem citar fontes parece apenas mais uma forma de dar um número suficientemente impressionante para angariar a empatia de católicos/cristãos que leem o artigo inadvertidamente.

Em terceiro lugar, o elo final desse percurso civilizatório une passado e presente em um *continuum*, já que não se prevê, nem se deseja que o poder da Igreja desapareça algum dia. O leitor desse artigo é enlaçado nas tramas frouxas do campo da memória cultural. Retomando o conceito do egiptólogo Jan Assmann, também refletido por François Hartog, “da memória cultural dependem as formas como uma sociedade vive e concebe sua identidade étnica, (...) [a] 'memória cultural' (...) se baseia em pontos fixos do passado (figuras lembradas, mitos, momentos fundadores) (HARTOG, 2015, p. 62)” Parafrazeando Ulpiano Meneses em artigo de muitos anos, ainda relevante, não há formas de se resgatar uma memória, ela é sempre uma reconstrução a partir do presente

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

(MENESES, 1992). Tudo isso, porque essa discussão representa uma experiência de um passado prático, ainda vivo e sensível (PEREIRA; SEFFNER, 2018; WHITE, 2014).

Se fôssemos acompanhar a narrativa do texto do BP, a História deveria ser reescrita da seguinte forma: os perigos vencidos pela Igreja trouxeram inúmeros benefícios à humanidade como um todo, tal como o avanço indefectível da ciência e a valorização da mulher, ao ponto de se falar em igualitarismo em relação à posição dos homens nas sociedades. A igreja é o elo, o repositório de um passado de sabedorias imemoriais (a filosofia e o direito) e o futuro com as descobertas científicas em uma sociedade mais fraterna, na igualdade entre homens e mulheres e nas descobertas do progresso científico.

Se assim for, talvez não estejamos muito longe do tempo em que a ciência possa, ou deva, justificar o criacionismo.

Conclusão

Deve-se enfatizar que o revisionismo e o negacionismo da ciência histórica podem operar como verso e anverso de uma mesma moeda, disseminando distorções de toda sorte, baseadas em agendas políticas muito perigosas. O campo da História pública como um fluxo social do pensamento histórico aberto a milhões de pessoas, saiba-se ou não a língua em que se escreve, pois os mecanismos automáticos de tradução são cada vez mais velozes e precisos e podem fazer com que um texto como o do BP atinja uma enorme quantidade de pessoas no mundo, alimentando uma rede de desinformação internacional.

A solução para tal questão? Evidentemente não é simples, mas passa, em algum nível, pela regulação das *Big Techs* no que se refere ao tratamento e divulgação da informação, notadamente no que tange ao controle de *fake news* e de artigos de teor abertamente enviesado e de ódio. Deve parecer evidente a esta altura, a civilização é um projeto que se utiliza de elementos da cultura, os seleciona segundo a agenda de grupos sociais que exercem influência na sociedade para pautar formas de comportamento social considerados não apenas adequados, mas normativos.

O campo do ensino da História é uma frente de reflexões acerca da verdade histórica e pela valorização do papel das escolas na educação para a cidadania. Entretanto, em tempos de pós-verdade, nada parece nem simples e nem de fácil execução. Um artigo

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

de caráter civilizatório como o do BP é apenas um fragmento em um oceano de (des)informações à disposição de alunos a qualquer momento do dia ou da noite. A única maneira de protegê-los é lhes emprestar as ferramentas intelectuais necessárias para que possam, de forma autônoma, com os escudos necessários, fazer a crítica de textos, vídeos, áudios que circulam nas redes sociais e além. As habilidades do pensamento histórico são a forma de proteção mais eficaz para escapar de toda sorte de discurso, cujas verdades se encontram sob camadas de fantasia em um mundo que se desinforma a cada dia.

Referências

Textos Antigos

CICERO. **Tusculan Disputation**. Trad.: Andrew P. Peabody: Boston, 1886. Ver: [Cicero - Tusculan Disputations, Book 2. On Bearing Pain \(Latin and English parallel\) \(johnuebersax.com\)](#) Acesso em 22/04/2024.

ÉSQUILO. **Os Persas**. Tradução: Trajano Vieira. Edição: 1a ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PLATON. **Oeuvres complètes**. Paris: Flammarion, 2008ⁱ²².

Bibliografia contemporânea

AZEVEDO, S. F. L. de. A ética da monogamia e o espírito do feminicídio: marxismo, patriarcado e adultério na Roma Antiga e no Brasil Atual. **História (São Paulo)**, v. 38, p. 1–19, 2019.

BANAS, M. Culture, politics, political culture: interconnections and bridges. In: **Jagiellonian University Repository**. Ver: Culture, politics, political culture - interconnections and bridges (core.ac.uk). Acesso em 22/04/2024.

BARNABÉ, L. E. A história universal entre a escrita da história e a travessia atlântica: produção e circulação de compêndios escolares franceses e brasileiros (1820-1864). **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 26, n. 43, p. 506–528, 11 out. 2019.

BERR, H. Avant-propos: Psychologie collective et raison individuelle. In: FEBVRE, L. **Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: La religion de Rabelais**. Paris: Albin Michel, 1947. p. 7–26.

BLOUIN, K. Civilization: What's up with that? **Everyday Orientalism**, fev. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, O. The Social Flow of Historical Narratives and its Many Names. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 26, n. 43, p. 573–596, 11 out. 2019.

²² Originais, ver: [Plato, Alcibiades 1, section 128e \(tufts.edu\)](#)

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

CASTRO, E. V. DE. **A inconstância da alma selvagem**. Edição: 1ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CAUVIN, T. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v. 11, n. 23, p. 8–28, 13 maio 2019.

CERTEAU, M. DE. **A escrita da história**. 3 ed. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAPOULIE, J.-M. **L'école d'État conquiert la France: Deux siècles de politique scolaire**. Rouen: Presses universitaires de Rennes, 2010.

CONDILO, C. AUTORIA, AUTORIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA NA GRÉCIA ANTIGA. **História (São Paulo)**, v. 40, p. e2021040, 2021.

DETIENNE, M. **A Invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

DUPORT, D. **Loys Le Roy, renaissance & vicissitude du monde: actes du colloque tenu à l'Université de Caen, 25-26 septembre 2008**. Caen: Presses universitaires de Caen, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador 2: Formação do Estado e civilização**. Edição: 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EMLYN-JONES, C. "Socrates, Plato, and Piety." **Mediterranean Studies**, v.2, 1990, p.21–28. <http://www.jstor.org/stable/41163976>.

ÉTHIER, M.-A.; CARDIN, J.-F.; LEFRANÇOIS, D. Épilogue sur le débat sur l'enseignement de l'histoire au Québec. **Historical Studies in Education / Revue d'histoire de l'éducation**, 2 abr. 2014.

FRANCISCO, G. da S. O Lugar da História Antiga no Brasil. **Mare Nostrum (São Paulo)**, v. 8, n. 8, p. 30–61, 9 out. 2017.

FURETIÈRE, A.; BRILLANT, ABBÉ. **Dictionnaire universel de Trévoux**. 1771.

GAUTHIER, C.; TARDIF, M. **La pédagogie: théories et pratiques de l'antiquité à nos jours**. Montréal: G. Morin, 2005.

GILBERT, Roger. L'enseignement primaire. In : Avanzini, Guy., (dir). **Histoire de la pédagogie du 17e siècle à nos jours**. Toulouse (Fr): Privat. 1981, p. 215-237.

HALL, J. M. **Ethnic identity in Greek Antiquity**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

HARDWICK, L. **Reception studies**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.

HARTOG, F. **The Mirror of Herodotus: The Representation of the Other in the Writing of History**. Tradução: Janet Lloyd. Berkeley: University of California Press, 1988.

HARTOG, F. **Mémoire d'Ulysse: récits sur la frontière en Grèce Ancienne**. Paris: Gallimard, 1996.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

HARTOG, F. **Partir pour la Grèce**. Paris: Flammarion, 2015.

HELPER, A. **Socrates and Alcibiades: Plato's drama of political ambition and philosophy**. First edition ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

IGGERS, G. G. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present**. Rev Wesleyan Pbk ed. édition ed. Middletown, Conn.: Scranton, Pa: Wesleyan, 1984.

JULIA, D. Les recherches sur l'histoire de l'éducation en France au siècle des Lumières. **Histoire de l'éducation**, v. 1, n. 1, p. 17–38, 1978.

FARIAS JUNIOR, J. P de F. AS PERIODIZAÇÕES DA HISTÓRIA GERAL E DA HISTÓRIA ANTIGA NOS MANUAIS DE ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: limitações e proposições. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História**, v. 16, n. 28, p. 106–127, 21 jul. 2019.

LIDDINGTON, J. O que é a História pública? Os públicos e os seus passados. In: ALMEIDA, J. R. de; ROVAL, M. G. de O. **Introdução à História Pública** (Eds.). São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 30–51.

MENESES, U. T. B. DE. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9–23, 31 dez. 1992.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

MILLER, J. **Can democracy work? a short history of a radical idea, from ancient Athens to our world**. First edition ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

MOERBECK, G. **Entre a religião e a política: Eurípidés e a Guerra do Peloponeso**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MOERBECK, G. História Antiga no ensino fundamental: Um estudo sobre a os mitos gregos antigos e a consciência histórica. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 225–247, 26 nov. 2018.

MOERBECK, G. Nothing will be like before: Some thoughts on teaching ancient history. **Everyday Orientalism**, n. 1, p. 1–7, 2023.

MOERBECK, G.; ARAÚJO-OLIVEIRA, A. Dimensões didáticas e disciplinares do ensino da História: o caso do 6º ano do Ensino Fundamental no Brasil e do 3e cycle du Primaire no Québec. **Tempo e Argumento**, v. 14, n. 37, p. 1–34, 2022.

MOERBECK, G.; ROCHA, T. Da Antiguidade ao mundo atual: as dimensões da História Antiga e os seus públicos. Em: MENESES, S.; WANDERLEY, M. DE A. I.; MELO, R. A. (Eds.). **Ensinar com História Pública desafios, temas e experiências**. Sobral: Sertão Cult, 2022. p. 155–189.

MOISAN, S.; HIRSCH, S; ÉTHIER, M-A.; LEFRANÇOIS, D. (EDS.). **Objets difficiles, thèmes sensibles et enseignement des sciences humaines et sociales**. Montréal: Fides éducation, 2023.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de História na Amazônia central**. São Paulo: EDUSP, 2022.

PENNA, F. de A. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. Em: CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G.; SILVA, M. A. DE O. (Eds.). **A tradição clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008. p. 66–79.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 14–33, 26 nov. 2018.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1 jun. 1989.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROST, A. L'apport de l'histoire. In: Beillerot, J. et Mosconi, N. (dir.). **Traité des sciences et des pratiques de l'éducation**. Paris : Dunod, 2006, p. 23-30.

RICOEUR, P. **Mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

ROUSSO, H. **Le syndrome de Vichy, 1944-1987**. Paris: Editions du Seuil, 1987.

ROUSSO, H. A Memória não é mais o que era. |In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Eds.). Usos e abusos da História oral. Rio Janeiro: FGV Editora, 1998. p. 93–102.

RÜSEN, J. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Tradução de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher (*mimeo*) do original alemão publicado em FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, J. **Historische Faszination. Geschichtskultur heute**. Böhlau, 1994.

RÜSEN, J. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba Paraná: Editora UFPR, 2010.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SARLO, B. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión**. Buenos Aires, República Argentina: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005.

SATHLER, L. R. Representações do feminino na História ensinada: um olhar para a atuação religiosa das mulheres romanas. **Revista História Hoje**, v. 12, n. 24, 19 abr. 2023.

SCOTT, J. C. **Against the grain: a deep history of the earliest states**. New Haven: Yale University Press, 2017.

SILVA, F. C. Teixeira da. História das paisagens. Em: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Eds.). **Domínios da história**. Edição: 2 ed. Rio Janeiro: Campus - Elsevier, 1997, (e-book).

SOUZA, D. M. R. DE. Administração e cortes de justiça durante o principado romano: uma análise do cursus honorum de Plínio, o Jovem. **Revista História e Cultura**, v. 2, n. 3, p. 150–171, 2013.

TURNER, J. **Philology: the forgotten origins of the modern humanities**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2014.

**Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis
e os usos da antiguidade na narrativa pública**

Guilherme Moerbeck

VENTURA, G.; MENDES, N. M. (EDS.). **Repensando O Império Romano - Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio Janeiro: Mauad X, 2006.

VIDAL-NAQUET, P. **Les assassins de la mémoire: “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme**. Ed. rev. et augm ed. Paris: Découverte, 2005.

WHITE, H. V. **The practical past**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2014.

Informações dos autores

Guilherme Moerbeck. Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: lattes.cnpq.br/9578793359857379

COMO CITAR ESTE ARTIGO

MOERBECK, Guilherme. Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis e os usos da antiguidade na narrativa pública. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 7, n. 13, 2024, p. 25-50.

ⁱ Originais, ver: [Plato, Alcibiades 1, section 128e \(tufts.edu\)](http://plato.tufts.edu/Alcibiades1/section128e.html)